

RESUMO - APRESENTAÇÃO DE TRABALHO - ESTUDOS DE GÊNERO E  
SEXUALIDADES E SUAS INTERSECCIONALIDADES EM EDUCAÇÃO  
MATEMÁTICA

**(RE)ESCREVENDO A MATEMÁTICA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA  
IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 14.986/24**

*Monike Alves Gouvea (monikea.santos@gmail.com)*

*Letícia Veroneses Cavadas (leticiaveroneses849@gmail.com)*

Historicamente, as mulheres foram excluídas dos processos de produção e reconhecimento científico, sobretudo no campo da Matemática e das ciências ditas exatas. A associação cultural entre razão e masculinidade, aliada a uma estrutura social excludente, consolidou estereótipos que restringiram a presença e o protagonismo das mulheres nesses espaços de saber. No Brasil, o acesso tardio das mulheres à educação formal, somado às desigualdades raciais e de classe, perpetuou uma visão segundo a qual a Matemática continua sendo percebida como um campo predominantemente masculino. Apesar dos avanços legais e das transformações sociais, práticas discriminatórias ainda persistem, tanto nas interações cotidianas quanto nas representações presentes em materiais didáticos. Frequentemente considerados neutros, esses materiais exercem papel significativo na reprodução de desigualdades simbólicas, pois as imagens, textos e situações-problema neles contidos costumam retratar as mulheres apenas em funções de cuidado, estética ou administração doméstica. Ao restringi-las a esses contextos, os materiais limitam o imaginário social sobre suas potencialidades e reforçam fronteiras invisíveis que definem o que meninas e mulheres “podem”

ou “devem” fazer. Tal representação sustenta uma hierarquia simbólica que associa o conhecimento científico ao masculino e ao espaço público, enquanto vincula o feminino à esfera privada, contribuindo, assim, para sua exclusão dos campos de produção e reconhecimento científico. Nesse contexto, a promulgação da Lei nº 14.986/2024 constitui um marco significativo na busca por uma educação mais equitativa e plural, ao determinar que escolas de ensino fundamental e médio, públicas e privadas, incorporem abordagens curriculares que valorizem as experiências e contribuições femininas na ciência, na cultura, na história e em outras áreas do conhecimento. Entretanto, sua efetiva implementação requer ações concretas que permitam o desenvolvimento de práticas pedagógicas críticas e inclusivas, especialmente no ensino de Matemática, em que a naturalização de estereótipos de gênero e raça ainda é recorrente. Foi nesse cenário que se idealizou o projeto de extensão “(Re)Escrevendo a Matemática: produção de materiais didáticos para uma Educação Matemática livre de estereótipos de gênero e raça”, concebido por uma docente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), autora deste texto, em colaboração com uma bolsista – estudante da licenciatura e também autora deste trabalho –, além de outros docentes da mesma instituição. O projeto, aprovado em julho e iniciado em agosto de 2025, será desenvolvido junto a estudantes da Educação Básica do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ), que receberão e testarão os materiais didáticos e paradidáticos produzidos. Esses materiais tem como propósito central promover uma visão mais ampla, crítica e inclusiva da Matemática, destacando figuras femininas relevantes, históricas e contemporâneas, e problematizando os marcadores sociais que atravessam a experiência educacional. Esses materiais, já em processo de elaboração, serão testados no contexto escolar ao longo de 2026, de modo a permitir o aperfeiçoamento contínuo a partir das práticas e reflexões coletivas. As propostas didáticas buscam representar mulheres em papéis de protagonismo e competência científica, rompendo com a recorrente associação à esfera doméstica e aos cuidados maternos, e propondo novas narrativas visuais e textuais sobre gênero, raça e conhecimento matemático. O projeto fundamenta-se em uma lente interseccional, reconhecendo que gênero, raça, classe, deficiência e outros marcadores da diferença atuam de forma conjunta na produção e na legitimação dos saberes. Assim, pretende contribuir para a efetiva implementação da Lei nº 14.986/2024, oferecendo caminhos pedagógicos que favoreçam um ensino de Matemática mais plural, representativo e sensível às diferenças. Além disso, busca fomentar uma

cultura escolar que reconheça e valorize as múltiplas experiências e identidades femininas – não restritas à mulher cis, branca e normativa –, ampliando as possibilidades de participação das meninas e mulheres na área e fortalecendo o compromisso com uma educação verdadeiramente inclusiva, crítica e emancipatória.

Palavras-chave: meninas e mulheres na matemática; educação matemática inclusiva; gênero; raça; interseccionalidade.